

Mulheres negras e a participação política no Brasil

» JOSEFINA SERRA DOS SANTOS
Advogada, integrante da Comissão de Igualdade Racial da OAB-DF

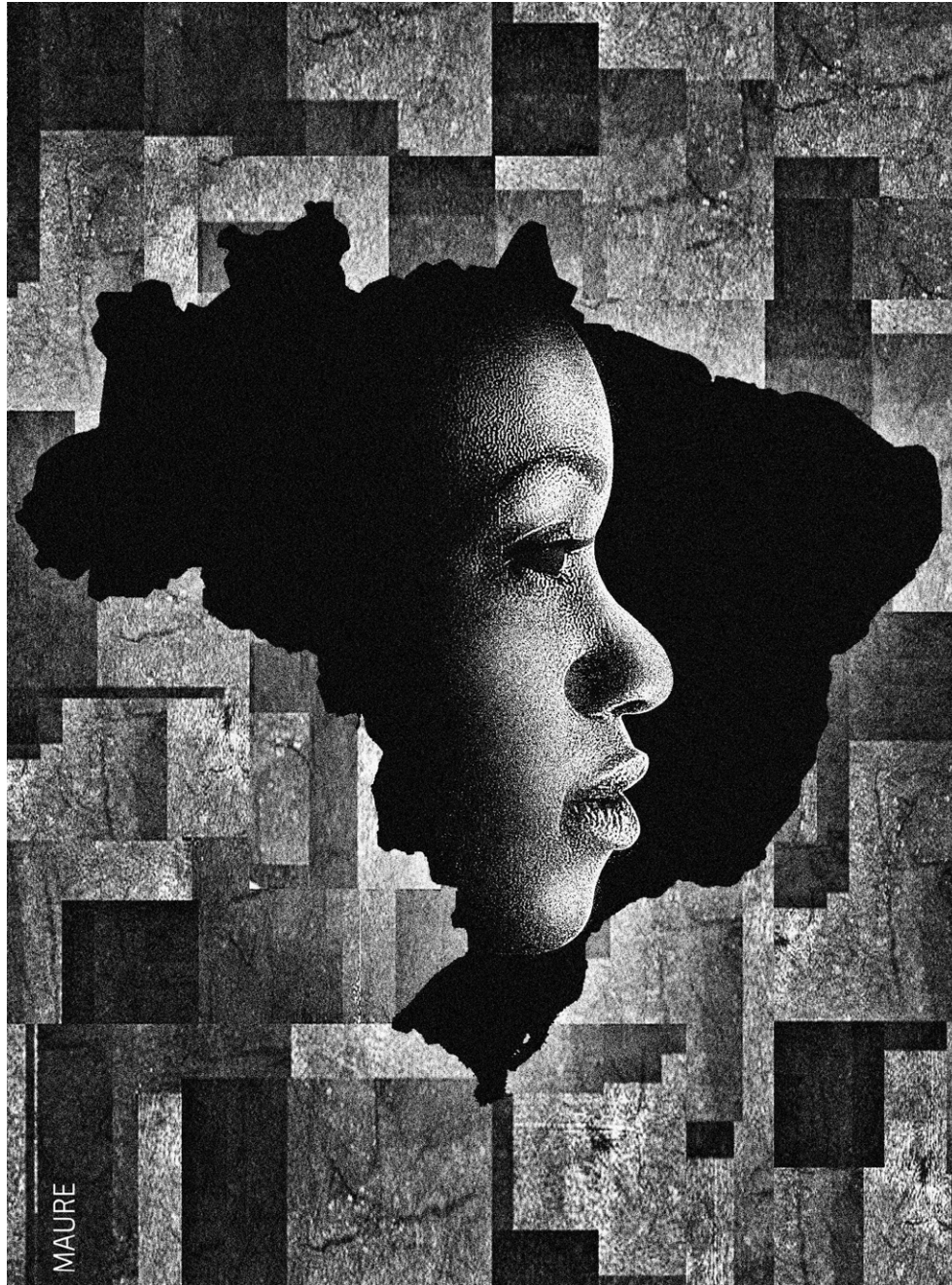
Fatos históricos marcaram a trajetória feminina por emancipação no Brasil, o que retrata a busca por direitos dos quais somente os homens se beneficiavam. Até o século 19, às mulheres, além de dever obediência aos pais, não era permitido a posse de terras, perceber o próprio sustento, votar nem ser votada, muito menos decidir sobre seu próprio corpo. Ao se casar, tornavam-se submissas aos maridos. Em todas as situações, legalmente falando, as mulheres estavam impossibilitadas de exercer seus direitos civis. Foram mais de 150 anos de opressão do macho sobre a fêmea. A participação feminina na política é uma realidade que cresce na maioria dos países do mundo. O movimento sufragista não foi suficiente para garantir que mulheres e negros exercessem seus direitos na sociedade. Harriet Tubman foi uma das vozes negras femininas a lutar para que as mulheres saíssem da tutela dos homens.

No Brasil, o direito ao voto feminino veio por meio da Lei nº 660/1927, quando o nome da professora Celina Guimarães Vianna foi incluído entre os eleitores, no Rio Grande do Norte, tornando-a a primeira mulher votante da América Latina. Somente em 1932, o Código Eleitoral permitiu que todas as mulheres brasileiras pudessem votar e ser votadas. A feminista e professora Antonieta de Barros foi, em 1935, a primeira mulher negra a assumir o mandato de deputada estadual em Santa Catarina.

Apesar das conquistas femininas ao longo da história do Brasil, quando o assunto é o parlamento, as mulheres ainda são minoria nos cargos políticos, gerando baixa representatividade. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, na Câmara dos Deputados e no Senado, as mulheres ocupam somente 15% e 12% das vagas, respectivamente. Desse total, negras e indígenas são minoria. Resta claro que (...) a abolição das barreiras legais não representou o acesso igualitário de ingresso na política. Entres de diferentes naturezas à participação feminina continuam em vigor. (...) Os padrões diferenciados de socialização de gênero e a construção social da política como esfera masculina inibem, entre as mulheres, o surgimento da vontade de participar” (Miguel e Biroli, 2014).

Nasci quilombola, filha de quebradeira de coco babaçu, ex-empregada doméstica e quero dizer às mulheres brasileiras que, independentemente da sua história de vida, não se deve temer nem deixar de lutar para ocupar seus espaços de fala, seus lugares de poder, entre eles, a política. Mesmo antes de me tornar uma advogada popular jamais temi a luta, pelo meu país e pelo meu povo, que foi oprimido pelo escravismo colonialista. Ao levar nossas ideias para o Congresso, a parlamentar está levando as ideias das mulheres, é uma representante igual a cada uma de nós negras, indígenas e brancas.

As mulheres, especialmente as negras, sempre carregaram bandeiras, caixas e apetrechos das mulheres brancas a fim de que



elas chegassem ao poder antes de nós. Curiosamente, eram as ideias das mulheres negras que as brancas levavam, como se fossem suas, igualando-se aos homens brancos, exercendo poder e dominação sobre os negros por meio da escravização. Nós podemos, sim, concorrer ao pleito eleitoral e, entre outras ações, fiscalizar o porquê de as políticas públicas para a população negra não estarem sendo efetivadas. As mulheres negras sempre apoiaram as brancas no poder, inclusive votando nelas, mas quando elas eram eleitas, nem sempre éramos lembradas.

Não podemos aceitar que outras pessoas falem por nós ou decidam acerca dos nossos direitos, nós mesmas podemos fazer isso. Nós mulheres negras somos maioria e sempre votamos nas mulheres brancas, entretanto, chegou a hora de elegermos nossas próprias

representantes, e vencer as barreiras levantadas contra nós pelos homens e mulheres brancos, inclusive nos partidos políticos. Costumo dizer que o 'não' nós já temos, vamos atrás do 'sim'. Ao deixar de votar em uma mulher negra para o Congresso, as mulheres negras deixam de se valorizar, agredindo, a si próprias e as que vieram antes delas.

A democracia e a igualdade de direitos só serão plenas no Brasil, na medida em que mais mulheres ocupem os espaços de poder no Parlamento, especialmente as negras e indígenas. Não podemos aceitar a ordem política brasileira vigente, que privilegia os homens em detrimento das mulheres nos espaços legislativos e isso só pode ser alterado por meio do voto e da participação feminina. Precisamos manter o movimento contra a exclusão e a segregação política.

Ação e reação

» JOSÉ HORTA MANZANO
Empresário e blogueiro

Vladimir Putin é homem esperto. Até antes do tremendo erro tático que cometeu ao invadir a Ucrânia numa guerra de conquista, sua ascensão tinha sido fulgurante. Obscuro funcionário burocrático dos serviços de espionagem até o fim dos anos 1980, perdeu o emprego assim que o império soviético se desintegrou. De volta à pátria, pôs um pé na política ao se aproximar do então prefeito de São Petersburgo, segunda metrópole do país.

O prefeito era sabidamente "capo" de uma rede mafiosa. O fato não saía nos jornais, mas, à boca pequena, todos sabiam. O jovem Vladimir há de ter se entendido bem com o chefe, visto que ele lhe abriu as portas de uma carreira política à moda russa: sinuosa, mas certa. Poucos anos depois, Putin já se encontrava em Moscou, agora sob as asas de outro figurão: Boris Yeltsin, presidente do país.

Yeltsin simpatizou com aquele funcionário taciturno que estava comandando os serviços de segurança interna. Imaginou que ele pudesse ser-lhe útil. Bonachão mas desregrado, Yeltsin não vinha governando bem. O país, após oito anos vívidos sob sua presidência, encontrava-se em má situação. Uma nova classe de ávidos oligarcas tinha se apoderado do espólio da antiga União Soviética.

A população estava desassossegada. No final de 1999, acossado por escândalos de corrupção, Yeltsin renunciou à presidência e deixou Putin em seu lugar como substituto

temporário. Nas eleições seguintes, Putin foi confirmado no cargo. Desde então, não deixou o topo do poder.

Nos primeiros anos, foi visto pelo mundo como dirigente respeitável. Foi até convidado a integrar o grupo das nações mais ricas, que então se chamava G8. Em 2014, porém, a Rússia invadiu e anexou a Crimeia, território ucraniano. A partir desse momento, Putin foi desconvidado pelo G8, e a Rússia foi posta de molho. Alguma sanção econômica foi infligida, mas nada que bloqueasse o país.

Se a anexação da Crimeia pareceu ter sido digerida, a invasão da Ucrânia, em 2022, passou dos limites. Ressuscitou dolorosas lembranças de guerras passadas. Era intolerável ver uma nação europeia invadindo outra nação europeia. A reação do mundo civilizado foi imediata, unânime e radical.

Sanções duríssimas foram aplicadas ao país. Mas o pior, a marca que permanecerá por décadas e décadas, é a degradação da imagem da Rússia e de seu povo. A Europa e o mundo voltaram a temer o urso soviético — e quem teme repele. Em poucas semanas, Putin destruiu a normalidade que tinha sido construída desde a queda do Muro de Berlim. Gerações de russos, embora não sejam culpados dos delírios de Putin, sofrem hoje e vão continuar amargando a desconfiança e a repulsa dos povos civilizados.

Diferentemente de Putin, Bolsonaro não é esperto. Desde o início de seu mandato,

parece não conhecer outro modo de operar se não o da marretada. Se a porta não abre, prefere demoli-la, sem que lhe ocorra entrar pela janela. Se encasqueta que tem de armar a população, pouco se lhe dá que pesquisas informem que a maioria abomina essa ideia: armar seus sequazes. Falta-lhe o senso da nuance.

Sua personalidade é feita de arestas acedadas. Em seu lugar, um indivíduo de mente arejada já teria se dado conta de que ventos contrários ameaçam sua almejada reeleição. Ele não parece perceber que é hora de dar o pulo do gato, ainda que fosse preciso guardar na geladeira algumas convicções. Não — continua na marretada.

O mundo civilizado não é anestesiado como Bolsonaro parece imaginar. Se não foi vaiado ao fim do briefing a que convocou os embaixadores, é porque diplomata é discreto por dever de ofício. Mas paciência tem limites e ninguém atura ser feito de bobo. Se o mundo continua calado, é por estarem todos no aguardo das eleições de outubro.

Caso o capitão seja reeleito, a passividade terminará em janeiro. Em caso de autogolpe, a reação será imediata. Os EUA já deram o tom ao redigir a nota de repúdio à fala presidencial. Se as forças vivas da nação não reagirem com vigor, os países civilizados o farão. O mundo precisa menos do Brasil do que o Brasil precisa do mundo. Segurem-se, que a reação vai ser forte. Ricos e pobres, todos vão sentir.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

O futebol como arma

Não é de hoje que o futebol, de arte do povo e para o povo, foi transformado, por suas potencialidades, em arma de propaganda. Nas mãos dos marqueteiros, em que tudo é costurado com o tecido das ilusões da propaganda, o futebol virou garoto propaganda de governos, principalmente daqueles, cujo o horizonte intelectual não vai além da esquina mais próxima.

Surpreende que, depois de mais de 20 séculos a nos separar do grande Império Romano, o *pani et circenses*, a fórmula populista ainda faça grande efeito sobre as massas. Não causa espanto que, para esse objetivo, nove, entre 10 demagogos tenham se empenhado em destruir quaisquer projetos de educação popular, por meio de escolas públicas de qualidade. A ignorância e a cegueira mental são irmãs siamesas.

É preciso, pois, fazer dos programas de governo um projeto nacional de destruição paulatina da educação pública. Nada contra o futebol. Tudo a favor do ensino. Conhecerás um pretendente a ditador do momento ao seguinte sinal: todos eles utilizam de eventos populares, não para o regozijo de sua gente, como quer parecer, mas, tão somente, para alavancar sua imagem diante do povo, visando angariar apoio às suas pretensões políticas de cunho populista. Tal é a característica comum a todos eles, sem exceção. O que muda é apenas o tipo de evento popular a ser explorado como marketing político. Nesse caso, pouco importa o tipo de espetáculo. O importante é que retina o maior número de adeptos. Pode ser ligado ao folclore, às tradições ou ao esporte.

No país do futebol, a utilização desse esporte, como muleta oportunista dos políticos, é fato histórico antigo, mandado e pode ser conferido, praticamente, desde que surgiram os clubes devotados ao ludopédio. Só existe um porém nessa estratégia marota: para que a fórmula funcione é necessário, antes de tudo, que o time escolhido tenha grande e apaixonada torcida, capaz de empolgar e incendiar multidões, tornando-as presas fáceis.

Quando o marketing político mira a Seleção do país, onde estão representantes de todos os times e jogadores mais destacados, transformando-os em garotos propagandas do governo, essa mistura entre oportunismo populista de cunho nacionalista com a paixão dos torcedores, rende resultados à medida que esse escreto devolve a aposta em forma de gols e de vitórias incontestes.

Em situações assim, o chefe de governo comparece aos estádios e, da tribuna de honra, faz questão de ser visto e aplaudido. Mas, para esse ato, é preciso ter segurança de que será aplaudido porque neste mesmo país do futebol não é raro os espectadores vaiarem até o minuto de silêncio. Numa situação em que o Estado democrático de direito usa o seu tempo para cuidar, com denodo, de questões da mais alta relevância para a nação, não resta espaço e vontade para que o governo interfira em problemas menores relativos ao futebol, já que essa é uma atividade mantida por organizações e empresas privadas e com interesses próprios e diversos.

Também no Brasil e por diversas vezes, essa intromissão indevida do governo no mundo do futebol, quase sempre, tem resultado, ao lado de alguns minutos de popularidade ao chefe do Executivo, elevados custos para os pagadores de impostos que acabam arcando com a armação desse circo. Caso exemplar pode ser conferido durante a preparação para a Copa Mundo de 2014, com a construção de enormes e caríssimas arenas de futebol, destinadas à realização do campeonato. Hoje, a grande maioria dos estádios foram transformados em verdadeiros elefantes brancos, sem utilidade alguma, depois de terem sido erguidos à base de muita corrupção e sobrepreço.

Além desses fantasmas de concreto, as seguidas humilhações impostas pelos diretores da Fifa ao governo, os escândalos nessas construções e os posteriores que redundaram no banimento perpétuo desses dirigentes do futebol, as prisões dos chefes da CBF, as vaías retumbantes no estádio, durante a abertura dos jogos, e a derrota, fragorosa da seleção para Alemanha por nada menos que 7 x 1.

Não foi pouco. Toda essa amarga experiência deveria ser utilizada como um aprendizado para que o governo jamais voltasse a misturar os assuntos de Estado, com os problemas de estádios. Mas não foi o que aconteceu. Os países, onde seriam realizados o torneio, cuidaram logo de empurrar esse abacaxi para o Brasil. O que se viu, pelo menos até agora, foi o ensaio de revolta dos próprios jogadores e técnicos, possivelmente calados pelo reforço em dinheiro dos prêmios, bem como os escândalos de assédio sexual do presidente da CBF e seu posterior afastamento da instituição. Também tem aumentado o repúdio dos brasileiros, médicos e enfermeiros e de todos os que perderam amigos e familiares nessa pandemia. Falta agora, para completar esse quadro patético, a vaia nos estádios, e a derrota da seleção nessa copa do Catar, para, mais uma vez, cair a ficha. Mesmo em caso de vitória essa é uma situação que em nada vai beneficiar os brasileiros, preocupados em sobreviver o pós pandemia e à crise econômica e social que se seguiu.

Passadas as eleições, as atenções dos brasileiros, — se o pós-pleito for digerido com tranquilidade — estarão ligados nos jogos da copa. Mais uma vez a mídia fará de tudo para dar grande visibilidade ao evento. Nesse ponto, tudo indica que as eleições estarão na estação de embarque, rumo a cidade distante do esquecimento. Para qualquer governo que chegar, a vitória do Brasil nos jogos do Catar representará um grande capital para o próximo governo, que tudo fará para atrair essa vitória e seus efeitos deletérios e efêmeros para sua gestão, comparando o sucesso dos jogadores ao governo, tudo numa grande encenação como era há mais de dois mil anos atrás.

»» A frase que foi pronunciada

“A liberdade de eleições permite que você escolha o molho com o qual será devorado.”

Eduardo Galeano

»» História de Brasília

Está na hora de a TCB pedir à Assessoria de Planejamento o desenho para um poste que determine os pontos de ônibus. Escrever no asfalto não é prático nem funcional. (Publicada em 8/3/1962)